

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.938 - PR (2014/0086344-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**OUTRO NOME : BRASIL TELECOM S/A**  
**ADVOGADOS : BRUNO DI MARINO - RJ093384**  
**DANIELA GALVAO DA SILVA REGO ABDUCHE - RJ092540**  
**BERNARDO GUEDES RAMINA E OUTRO(S) - PR041442**  
**RECORRIDO : RITA CALSO CHAGAS**  
**ADVOGADOS : CLAITON LUIS BORK - SC009399**  
**MARILÉIA BOSAK E OUTRO(S) - PR045244**

## EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.** AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA. INTERESSE DE AGIR. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E DE PAGAMENTO DE TAXA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

## DECISÃO

Da leitura da petição de agravo de instrumento, pode-se aferir que RITA CALSO CHAGAS (RITA) ajuizou ação de adimplemento contratual com exibição de documentos contra a OI S.A. (OI), objetivando o recebimento de diferencial acionário.

O Juízo de primeira instância determinou a exibição do contrato de participação financeira celebrado entre as partes, sob pena de multa.

Contra essa decisão a OI interpôs agravo de instrumento que foi parcialmente provido pelo TJPR em acórdão, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. TELEFONIA. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. ARTIGOS 355 E SEQUINTE DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE ARBITRAR MULTA COMINATÓRIA AO DESCUMPRIMENTO DA ORDEM. COMINAÇÃO PROCESSUAL PREVISTA NO ARTIGO 359 DO CPC. MULTA AFASTADA. VIOLAÇÃO DA SÚMULA 389 DO STJ. NÃO OCORRÊNCIA. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DECISÃO FUNDAMENTADA. PRECEDENTES DESTE*

# Superior Tribunal de Justiça

EGRÉGIO TRIBUNAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fl. 134).

Os embargos de declaração opostos pela OI foram rejeitados (e-STJ, fls. 149/155).

Irresignada, a OI interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, sustentando, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 100, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Alegou, em síntese, que não há interesse processual no pedido incidental, porquanto RITA não requereu fornecimento dos documentos e informações na via administrativa, tampouco o pagamento da respectiva taxa.

O recurso não foi admitido na origem (e-STJ, fls. 221/224).

O agravo em recurso especial foi sobrestado em virtude da afetação do recurso representativo da controvérsia, RESp nº 1.385.932/RJ, tendo sido reenviado ao STJ após desafetação do tema (e-STJ, fls. 321/322).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

## Do mérito

OI sustentou, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 100, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Alegou, em síntese, que não há interesse processual no pedido incidental, porquanto RITA não requereu fornecimento dos documentos e informações na via administrativa, tampouco o pagamento da respectiva taxa.

O TJPR consignou que nos casos de exibição de documentos, que envolvem contratos de participação acionária em empresas de telefonia, é dispensável o prévio requerimento administrativo (e-STJ, fls. 143).

Contudo, a Segunda Seção desta Corte, quando do julgamento do Recurso Especial nº 982.133/RS (Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 22.9.08), processado nos moldes do art. 543-C, do CPC, consolidou o entendimento de

# *Superior Tribunal de Justiça*

que nas ações em que se postula a obtenção de documentos com dados societários, para a caracterização do interesse de agir, é necessário o requerimento formal na via administrativa, além do comprovante de pagamento da taxa de serviço, quando a empresa o exigir (art. 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976).

E, ao contrário do que foi afirmado pelo TJPR, de acordo com a jurisprudência deste STJ, o enunciado nº 389 da Súmula do STJ também é aplicável nas hipóteses de exibição incidental de documentos.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. TESE FIRMADA SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. PRETENSÃO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO AGRAVADA.*

*[...]*

*3. A Segunda Seção desta Corte, quando do julgamento do Recurso Especial nº 982.133/RS (Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 22.9.08), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, consolidou o entendimento de que, nas ações em que se postula a obtenção de documentos com dados societários, para a caracterização do interesse de agir, é necessário o requerimento formal na via administrativa, além do comprovante de pagamento da taxa de serviço, quando a empresa o exigir (art. 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976) 4. Agravo regimental não provido.*

*(EDcl no REsp 1.422.940/PR, de minha relatoria, Terceira Turma, DJe 18/6/2015)*

*AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEMANDA ORDINÁRIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR.*

*1. De acordo com o entendimento firmado no julgamento do Recurso Especial 982133/RS, afetado à Segunda Seção, com base no procedimento da Lei de Recursos Repetitivos, "falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não lograr demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; b) o*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo 1º da Lei 6.404/1976". Súmula 389 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).*

*2. O entendimento da Súmula 389 do STJ aplica-se aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira. Precedentes.*

*3. Caso em que a parte autora não fez a prévia solicitação administrativa.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 812.092/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe 27/5/2016)

No caso dos autos, o TJPR concluiu pela inaplicabilidade da Súmula nº 389 desta Corte nas demandas que contenham pedido incidental de documentos.

Imperioso, assim, o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal verifique se, concretamente, houve o requerimento administrativo e o pagamento de eventual taxa, bem como a posterior negativa, pela OI, do fornecimento dos documentos pleiteados.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial da OI, a fim de determinar o envio dos autos à origem para que o Tribunal verifique se houve, no caso, requerimento administrativo e o pagamento de eventual taxa, bem como a posterior negativa, pela OI.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO  
Relator